

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

Título: Reforma do setor elétrico poderá reduzir custo da energia 10

Título: Temer quer gás mais barato para famílias de baixa renda..... 12

Correio Braziliense

Título: Sai o PL do setor elétrico..... 15

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Retomada com emprego 2

Título: Governo estuda aumentar Bolsa Família para compensar alta do gás 4

Título: Para distribuidores, cartel da gasolina é 'factoide' 5

Título: Preço do gás pode antecipar reajuste do Bolsa Família 7

Título: Petróleo cai 10% e tem pior semana em 2 anos..... 9

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....10

Título: Reforma do setor elétrico poderá reduzir custo da energia 10

Título: Temer quer gás mais barato para famílias de baixa renda..... 12

Título: Armadilhas nos preços..... 13

VEÍCULO: Correio Braziliense.....15

Título: Sai o PL do setor elétrico..... 15

Título: Cade investiga se cartel está de volta..... 16

Título: Governo estuda subsídio ou recriação do vale-gás 17

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez****Título: Retomada com emprego**

Construção de unidade de gás no Comperj terá investimento de R\$ 4 bi e geração de 5 mil vagas.

O canteiro de obras do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), no município de Itaboraí, vai voltar à atividade com a retomada das obras, paradas há cerca de três anos. Na última quinta-feira, a diretoria executiva da Petrobras aprovou a contratação da chinesa Shandong Kerui Petroleum para a construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) no local. Serão necessárias ainda outras obras, como a Central de Utilidades (unidade que fornecerá serviços e produtos para a UPGN) e gasodutos. De acordo com executivos com conhecimento do projeto, todas essas obras vão representar investimentos no Comperj da ordem de R\$ 4 bilhões, com a geração de cerca de 5 mil empregos diretos. Somente na obra da UPGN, o setor estima que sejam criados em torno de 2.500 vagas.

Esses executivos lembraram ainda que devem ser gerados vários empregos indiretos, tanto pela contratação de fornecedores como pela necessidade de serviços de alimentação, transportes, locação imobiliária, entre outros, na região.

A Shandong venceu a licitação, por meio da sociedade de propósito específico (SPE) Shandong Kerui Petroleum e Método Potencial, com proposta no valor de R\$ 1,94 bilhão. O diretor executivo de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia da Petrobras, Hugo Repsold Junior, disse ao GLOBO que, até o fim deste mês, espera ter assinado o contrato com o grupo. A expectativa é que as obras comecem em junho.

OBRAS DEVEM FICAR PRONTAS EM 2020

A retomada das obras no Comperj, que, devido a propinas e superfaturamento, já consumiu US\$ 14 bilhões, é importante não apenas para a Petrobras recuperar parte de suas perdas, mas para Itaboraí e municípios vizinhos, que sofreram bastante com a suspensão das obras e a demissão de milhares de trabalhadores.

— É uma retomada importante. Teremos a oportunidade de cuidar daquele local, de cuidar dos equipamentos e de manter o Comperj totalmente

preservado e cuidado para, em algum momento, termos um parceiro para a refinaria — disse Repsold, que ainda ressaltou o benefício financeiro para a Petrobras. — Levar esse projeto até o fim começa a trazer retorno sobre o capital que investimos lá. A UPGN vai viabilizar um aumento na produção de óleo, porque vamos poder processar o gás que vem associado ao petróleo.

A notícia da retomada dos investimentos no Comperj gerou expectativa com o início das contratações. Para especialistas do setor de óleo e gás e de recursos humanos, serão dois momentos na busca de profissionais: primeiro na construção civil, depois de técnicos e engenheiros especializados, para a operação da UPGN.

— Essa unidade já estava prevista e não podia deixar de ser feita. É o principal projeto de gás no país dos próximos dois, três anos. Sem dúvida, é uma obra gigantesca que vai ter contratações de todos os âmbitos, desde construção civil, com empregados de obra, mas também vai mexer com todo mercado de gás e prestadores de serviço. Há necessidade de técnicos e engenheiros mais qualificados e demanda em cadeia — avaliou João Almeida, sócio do setor de Petróleo e Gás da Demarest Advogados.

No setor da construção civil do Rio, a notícia foi recebida com otimismo. Segundo dados do Serviço Social da Indústria da Construção do Rio de Janeiro (Seconci-Rio), no fim de 2016, havia mais de 60 mil profissionais ativos nas empresas associadas à entidade. Hoje, são menos de 40 mil.

— É claro que a retomada do Comperj recolocará no mercado de trabalho formal uma série de profissionais. E eles têm experiência, são capacitados — disse Ana Cláudia Gomes, gerente de Relações Institucionais do Seconci-Rio.

A UPGN terá capacidade para processar até 21 milhões de metros cúbicos de gás natural do pré-sal, devendo ficar pronta no segundo semestre de 2020, quando se prevê o aumento da produção de gás no pré-sal. Estão em andamento pela Petrobras outras licitações, destinadas à construção da Central de Utilidades e da parte terrestre do gasoduto que ligará os campos do pré-sal ao Comperj. Todas essas obras terão de ficar prontas junto com a UPGN, em meados de 2020.

Repsold explicou que o trecho marítimo do gasoduto está praticamente concluído. Já a parte terrestre, que inclui a conexão na praia de Jaconé e que terá cerca de 50 quilômetros de extensão, está em fase de licitação.

O diretor destacou que todos os trabalhadores que serão contratados pelo grupo chinês serão treinados pela Petrobras para atender a todas as regras de

segurança operacional utilizadas pela estatal. E ressaltou que as contratações serão locais:

— Eles vão contratar todo mundo aqui. Os chineses são a turma da gestão, mas a mão de obra é toda local.

A Petrobras ainda tem mantido conversas com outra chinesa, a CNPC, para a possibilidade de construir uma refinaria no Comperj. O presidente da Petrobras, Pedro Parente, revelou que teve conversas bastante positivas com os potenciais parceiros na semana passada.

Originalmente, o Comperj previa a construção de duas unidades de refino, uma para produzir derivados como gasolina e diesel, e outra para fornecer matéria-prima (nafta) à indústria petroquímica. Esse projeto está totalmente parado até a estatal conseguir um parceiro investidor.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca, Martha Beck e Karla Gamba

Título: Governo estuda aumentar Bolsa Família para compensar alta do gás

Outras opções são dar vale ou reduzir o imposto sobre o botijão.

Preocupado com o impacto do preço do gás no bolso da população de baixa renda, o governo estuda três medidas que poderiam aliviar o orçamento dessas famílias: reduzir a carga tributária do GLP, recriar o Vale Gás ou reajustar o benefício do Bolsa Família. O assunto foi discutido ontem pelo presidente Michel Temer com os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira. O presidente Michel Temer pediu que sejam feitos estudos técnicos sobre o assunto, para que se chegue a uma solução até o fim de março.

Em entrevista à rádio Guaíba (RS), Temer admitiu que o governo está estudando alternativas para a alta no gás de cozinha. Segundo ele, os últimos reajustes são "agressões ao consumidor". O produto subiu 15,10% nos últimos 12 meses: — Houve aumento no preço do botijão do gás de cozinha e estou examinando uma fórmula de compensar esse aumento para os mais pobres, porque é para eles que o gás de cozinha tem um efeito muito grande.

Meirelles também mostrou essa preocupação: — Não temos nenhuma decisão a esse respeito. O que existe, sim, é uma preocupação com a variação grande do preço do gás.

Perguntado sobre o que estaria sendo estudado, o ministro disse que, primeiramente, conversaria com Temer e falaria com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, para decidir.

Segundo interlocutores do Planalto, será adotada a medida que tiver menor impacto sobre o Orçamento e, ao mesmo tempo, beneficie os mais pobres. O valor do gás tem oscilado muito desde que a Petrobras mudou sua política de preços e passou a repassar as variações no mercado internacional, o que encareceu o produto. Recentemente, a empresa revisou sua política para o produto.

Técnicos da área econômica afirmam que um reajuste no Bolsa Família ou a criação de subsídio para a baixa renda seriam as melhores alternativas para atingir o público-alvo. Eles alegam que redução de impostos teria pouco impacto. O PIS/Cofins que incide sobre o gás de cozinha é de R\$ 0,16 para cada quilo. Num botijão de 13 kg, o peso dos tributos é de R\$ 2,08. Num botijão de R\$ 75, o PIS/Cofins responde por 2,77% do preço.

O técnico diz que esse é um valor pequeno, mas tem impacto significativo na receita num momento delicado para as contas públicas. A arrecadação anual do PIS/Cofins com gás de cozinha é superior a R\$ 1 bilhão.

Outro interlocutor da área econômica lembra que o governo teria dificuldade em garantir que a queda no imposto seria repassada aos consumidores. Lembrou que, no governo Dilma Rousseff, quando os preços de combustíveis ficaram represados, não houve redução nos valores, mas a margem de lucro dos distribuidores cresceu 60%.

O preço do gás já estava no radar da Petrobras. Em janeiro, a estatal mudou a forma de repassar variações de preços externos. O ajuste deixou de ser mensal para se tornar trimestral. Colaborou Gabriela Valente

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Para distribuidores, cartel da gasolina é 'factoide'

Setor reage às acusações do governo de que impede a redução no preço.

Embora tenha começado a cair nas refinarias desde a segunda semana de janeiro, o preço da gasolina apresenta ainda alta acumulada nos postos,

segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

As distribuidoras de combustíveis afirmam, porém, que o governo criou um "factoide" com a ofensiva contra o setor, ao desconsiderar outros fatores que compõem o preço final, como o etanol e tributos.

Nesta semana, o governo disse ter solicitado ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e à Polícia Federal investigações sobre supostos cartéis que estariam impedindo o repasse das quedas recentes.

Em entrevista concedida à Rádio Guaíba nesta sexta (9), o presidente Michel Temer chamou de "agressão" a falta de repasse dos cortes de preços ao consumidor final.

Os distribuidores reagiram. "É uma irresponsabilidade o governo fazer um pronunciamento desses com acusações seríssimas sem ter nenhum dado técnico", reclamou Leonardo Gadotti, presidente da Plural, entidade que reúne as grandes distribuidoras do país.

"É um factoide para desviar a atenção de um problema muito maior: quase 50% do preço da gasolina no Brasil são impostos", completou. Segundo a Petrobras, Cide, PIS/Cofins e ICMS representam 45% do preço final do combustível.

Gadotti alega que, desde o início dos reajustes diários, houve aumento de outras parcelas no preço, como o PIS/Cofins (alta de 79%) e o etanol anidro (32%), que corresponde a 27% da gasolina vendida nos postos.

Diretor técnico da Única (União da Indústria de Cana de Açúcar), Antônio de Pádua, defende que o etanol não pode ser responsabilizado por pressão no preço da gasolina, já que apresenta estabilidade nas últimas semanas e representa uma parcela pequena do preço final.

"Culpar o etanol por aumento da gasolina não faz sentido", disse. Segundo a Petrobras, o derivado da cana representa 13% do preço de bomba do combustível.

O executivo, porém, também criticou as declarações recentes do governo sobre o tema. "A gente tem que entender que gasolina e etanol têm preços de mercado. Arrumar alguma desculpa para intervir nos preços é o pior dos mundos", disse.

Dados da ANP compilados pelo CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura) mostram que a variação acumulada no preço dos combustíveis em janeiro foi

pequena. O preço da Petrobras caiu 2%, para R\$ 1,635 por litro, sem impostos. Já para o consumidor final, a alta foi de 1%, para R\$ 4,198, na média nacional.

Desde o final de outubro de 2017, os preços ao consumidor (média Brasil) estão subindo, de acordo com os dados semanais da ANP, não refletindo algumas das reduções de preço realizadas pela Petrobras na refinaria", avalia o CBIE.

Em julho, a Petrobras anunciou uma revisão em sua política de preços instituída em agosto de 2016, autorizando sua área técnica a promover reajustes diários. Desde então, promoveu 144 ajustes no preço da gasolina, 73 para cima e 71 para baixo.

No último deles, divulgado na quinta (8), houve corte de 3%, o maior desde 17 de novembro. A tendência de queda iniciada em janeiro reflete o recuo das cotações internacionais do petróleo no mesmo período.

Com base nos dados da ANP, o CBIE destaca que os repasses às bombas eram mais fiéis ao preço de refinaria antes do início dos reajustes diários. "A partir de julho de 2017, o repasse passou a ser mais sutil, quando ocorre", diz a consultoria.

O combustível é comprado nas refinarias por distribuidoras, que misturam o etanol anidro e depois revendem aos postos. Atualmente, três empresas "" BR, Raízen e Shell "" dominam 65% da distribuição de gasolina no país.

Já o segmento de revenda é tem 41.901 postos. Desses, 57,8% estão ligados a alguma distribuidora e os outros operam sem vínculo --são os chamados "bandeira branca".

O preço cobrado pela Petrobras correspondia, ao fim de janeiro, a 28% do valor final do produto. O restante são impostos e margens de lucro de postos e distribuidoras.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Gustavo Uribe

Título: Preço do gás pode antecipar reajuste do Bolsa Família

Presidente Temer também avalia recriar o vale-gás para aliviar a alta no botijão.

O presidente Michel Temer considera antecipar para março o reajuste do Bolsa Família para compensar o aumento do preço do botijão de gás no país.

A ideia inicial era elevar o benefício social apenas em julho, como foi feito no ano retrasado, mas a alta do gás de cozinha, a maior desde 2002, fez com que o governo mudasse os planos.

Para este ano, a expectativa é que o programa de transferência de renda tenha um reajuste acima da inflação oficial, que fechou o ano passado em 2,07%. No percentual de aumento, que ainda não foi definido, o Palácio do Planalto considera incluir um adicional para o botijão de gás, que em dezembro teve alta de 16,39% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em entrevista na manhã desta sexta-feira (9) o presidente afirmou que estuda uma maneira de compensar o aumento para a população mais pobre. Ele afirmou que um anúncio será feito nos próximos dias, mas não deu mais detalhes.

Segundo ele, é necessário fazer algo uma vez que as famílias mais carentes são as mais afetadas pelo encarecimento do botijão de gás.

VALE-GÁS

No início da tarde, o emedebista se reuniu com a equipe econômica, no Palácio do Planalto, para discutir possibilidades. No encontro, duas outras alternativas foram cogitadas.

A primeira foi a criação de um novo subsídio, uma espécie de vale-gás, para pessoas inscritas no Cadastro Único do governo federal, que reúne famílias de baixa renda. A segunda foi a criação de uma verba direcionada no cartão do Bolsa Família para a compra de botijão de gás.

O presidente pediu ao Ministério da Fazenda que aprofunde os estudos técnicos e jurídicos para saber da viabilidade de ambas.

Antes da reunião, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que a questão do preço do gás é relevante e que existe uma preocupação muito grande do governo sobre isso.

A antecipação do Bolsa Família, nas palavras de um assessor presidencial, seria mais efetiva e fácil de ser viabilizada no curto prazo.

A redução da carga tributária sobre o gás de cozinha também chegou a ser avaliada, mas o presidente a refutou, uma vez que ela não seria direcionada às famílias de baixa renda, mas a todas as camadas sociais.

Em 2017, o governo não reajustou o Bolsa Família.

O presidente queria conceder um aumento de 4,6% como uma maneira de diminuir a sua rejeição, mas a área econômica avaliou que, em meio à crise financeira, não havia espaço orçamentário. O impacto do reajuste seria de R\$ 800 milhões.

Mais cedo, em entrevista à Rádio Guaíba, o presidente afirmou que está pensando em uma solução "para logo". "Eu estou examinando uma fórmula de compensar esse aumento para os mais pobres, naturalmente, para os mais pobres. Porque para os mais pobres é que o gás de cozinha sempre tem um efeito muito grande."

Em resposta à pergunta sobre para quando seria essa solução, respondeu: "Para logo".

Temer é um dos presidentes mais impopulares da história. Na última pesquisa do Datafolha, sua gestão foi aprovada por apenas 6% do eleitorado.

Colaborou MAELI PRADO, de Brasília

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petróleo cai 10% e tem pior semana em 2 anos

A tumultuada semana nos mercados financeiros também atingiu os preços do petróleo e colocou um freio na recuperação pela qual a commodity passou nos últimos meses.

O barril do Brent, referência internacional, encerrou esta sexta (9) a US\$ 62,76, valor 11% abaixo do pico do ano, registrado em 24 de janeiro (US\$ 70,53). A queda na semana ficou perto de 9%.

O WTI, referência nos EUA, caiu abaixo de US\$ 60 pela primeira vez em 2018, negociado a US\$ 59,20. Na semana, perdeu quase 10%.

Tanto o Brent como o WTI tiveram as maiores quedas semanais em dois anos.

As cotações do petróleo vinham de meses de recuperação, turbinadas pela maior demanda mundial, por restrições na produção impostas por países da Opep e por um dólar mais fraco.

Da menor cotação do ano passado, os US\$ 44,8 de 21 de junho, até o pico de janeiro, o Brent subiu 57%.

O aumento na produção dos EUA, estimulado pelas cotações mais altas, colaborou para reduzir os preços.

Também a alta do dólar nos mercados mundiais nesta semana pressionou a commodity --a moeda dos EUA e o petróleo têm uma correlação inversa: quando o dólar se desvaloriza, investidores procuram refúgio em matérias-primas, e vice-versa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / Luciana Collet

Título: Reforma do setor elétrico poderá reduzir custo da energia

Em análise. Proposta foi encaminhada ao presidente Michel Temer pelo **Ministério de Minas e Energia** e ainda passará pelo Congresso; texto prevê, entre outros pontos, que companhias menores poderão comprar energia diretamente das geradoras

O **Ministério de Minas e Energia** encaminhou o projeto de lei sobre a reforma do setor elétrico à Presidência da República. O texto traz mudanças muito aguardadas, como o acesso de empresas de menor porte ao mercado livre de energia – onde podem negociar diretamente com as geradoras – e a adoção de uma política mais rigorosa na concessão de subsídios.

A abertura do mercado livre a partir de janeiro de 2026, na prática, deverá reduzir os custos da energia para empresas menores, ao eliminar intermediários na compra. Hoje, apenas grandes consumidores podem comprar diretamente das geradoras, sem a intermediação das distribuidoras. É o caso das montadoras de veículos por exemplo.

Com as mudanças propostas, um supermercado, que hoje não pode fazer essa compra direta, passaria a poder. Para os clientes residenciais, porém, nada muda. O texto sugere a realização de estudos para elaborar uma proposta para o segmento até 2022. O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, disse que o projeto marca o fim de uma visão intervencionista sobre o mercado por parte do governo.

Ele argumenta que o setor elétrico conviveu por muitos anos com políticas equivocadas, como a escolha de “campeões nacionais” e investimentos de

estatais a taxas “patrióticas”. “É muito simbólico que estejamos liderando um movimento oposto. As políticas devem ser transparentes, e o consumidor deve ter voz e poder de escolha”, afirmou Pedrosa.

“O desafio do setor elétrico é o desafio do País: abandonar a prática do bem localizado e do mal distribuído”. A proposta também muda a política de subsídios, que, atualmente, custa R\$ 18 bilhões por ano e é paga integralmente pelos consumidores, por meio das tarifas de energia.

De acordo com o Ministério, a conta de luz custeia diversas políticas que beneficiam geradores de fontes renováveis, irrigantes, produtores rurais, população de baixa renda e empresas de saneamento, o que distorce o custo da energia.

Pelo projeto de lei – que está na Casa Civil e será ainda enviado à apreciação do Congresso Nacional – serão exigidas contrapartidas dos beneficiários, além de critérios de acesso que considerem aspectos ambientais e condições sociais e econômicas.

O texto sugere ainda uma alteração na lei que regula a compra de imóveis por estrangeiros, permitindo que empresas internacionais possam adquiri-los, desde que estejam relacionadas à execução de atividades de geração, transmissão e distribuição de energia. Para o Ministério de Minas e Energia, a atual restrição funciona como uma barreira à entrada de capital externo para investimentos no setor, limitando a concorrência.

Repercussão.

O mercado aprovou as mudanças, mas considerou que algumas são tímidas e poderiam ser adotadas num prazo mais curto. “O projeto lembra a proposta para a reforma da Previdência, que começou ousada e depois cedeu muito. Esse já começa modesto, embora esteja na direção correta”, disse o presidente-executivo da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores (Abrace), Edvaldo Santana.

“A redução dos limites de demanda para a migração de consumidores ao mercado livre de energia elétrica poderia se dar de maneira mais célere. A expectativa é que esse assunto possa ser revisto na tramitação do texto no Congresso”, afirmou o diretor administrativo da comercializadora Electra Energy, uma Leonardo Salvi. Para Mikio Kawai Junior, diretor-executivo da consultoria e comercializadora Safira Energia, a proposta moderniza o setor e aproxima o País da realidade do século 21.

“No futuro, o consumidor residencial poderá comprar energia de quem bem entender, talvez a partir de aplicativos de celular.” A Casa Civil ainda pode fazer

os ajustes finais. Depois de passar por esse crivo, o projeto de lei poderá ser assinado pelo presidente Michel Temer e enviado ao Congresso.

Outra possibilidade é que a proposta seja encampada por algum deputado via projetos engavetados, que já tramitam na Casa e que possam receber um novo substitutivo. A proposta final prevê ainda que será cobrado um bônus de outorga de toda usina antiga que tiver o contrato de concessão renovado, sem passar por nova licitação.

Os recursos arrecadados pela União serão divididos na proporção de dois terços para o Tesouro Nacional e um terço para os consumidores, por meio de descontos nas tarifas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Temer quer gás mais barato para famílias de baixa renda

Presidente afirmou que governo está examinando fórmula para compensar aumento.

O presidente Michel Temer pediu à área técnica do governo estudos que permitam redução no preço do gás de cozinha para beneficiar famílias de baixa renda. Nesta sexta-feira, em entrevista à Rádio Guaíba, Temer se queixou da elevação dos preços no gás de cozinha e avisou que seu governo está "examinando uma fórmula para compensar esse aumento para os mais pobres", acrescentando que a medida será adotada logo.

Depois de 12 anos de preços congelados nas refinarias, o gás liquefeito de petróleo (GLP) começou a ter o subsídio gradativamente reduzido a partir de 2016, com o fim do governo de Dilma Rousseff. O sistema subsidiado fora instituído por ela, em 2003, quando ocupava o **Ministério de Minas e Energia**, no primeiro governo do PT.

De 2003 a agosto de 2015, o preço por botijão cobrado pela Petrobrás das distribuidoras ficou congelado em cerca de R\$ 11,50. Até 2016, permaneceu num patamar de R\$ 13. O preço cobrado do consumidor final, porém, era bem mais alto.

O histórico dos reajustes mostra que, entre 2003 e 2016, o preço final do gás cobrado pelas revendedoras acumulou reajuste médio de 89%, saltando de R\$ 29,35 para R\$ 55,60 o botijão. Nesse mesmo período, o aumento realizado pela

estatal foi de apenas 16,4%. Atualmente, em Brasília, o preço do botijão de gás está entre R\$ 85 e R\$ 95.

De acordo com dados do IBGE, o gás de botijão pesa 1,32% no orçamento das famílias, no acompanhamento do índice oficial de inflação (IPCA), que considera família com renda de até 40 salários mínimos e abrange dez regiões metropolitanas do País. O peso do gás encanado no orçamento familiar é bem menor: 0,07%.

A preocupação de Temer foi um dos temas de uma reunião nesta sexta-feira, no Planalto, com os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Desenvolvimento Social, Osmar Terra. Embora o modelo, que poderá ser adotado já no mês que vem, não passe por subsídio ao preço do botijão de 13 kg, uma das ideias é introduzir esse valor no Bolsa Família.

Seria uma forma de elevar o valor do benefício, que já estava sendo estudado pelo governo, só que direcionado para o gás de cozinha. O governo informou ainda que não pensa em adotar medidas como vale gás ou uma redução para todos os consumidores.

Na reunião, Temer voltou também a reclamar do aumento exagerado no preço da gasolina em todo o País. O presidente, depois de lembrar que o Brasil adotou o critério de alterar o preço dos combustíveis segundo a variação do preço internacional do petróleo, queixou-se dos aumentos exagerados e disse que, "quando tem aumento, os preços nas bombas aumentam, mas quando tem redução, o mesmo não acontece".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Armadilhas nos preços

O governo declarou que estuda fórmulas e mesmo acionar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para obrigar os postos de combustíveis e distribuidoras a repassarem para a bomba as reduções nos preços anunciados pela Petrobrás.

A afirmação lança um olhar simplista sobre uma questão séria que merece ser discutida com profundidade e que passa pela reavaliação do custo Brasil. Primeiramente, é importante entender que as relações comerciais no setor de combustíveis são bem mais complexas que um único preço do produto quando deixa a refinaria.

Simplificar a questão a esse ponto, buscar soluções que parecem fáceis e apontar o dedo apenas aos integrantes da cadeia responsável pela distribuição e revenda é desviar a atenção do consumidor.

Cada litro de gasolina ou diesel vendido no Brasil tem seu preço composto basicamente por cinco parcelas distintas: preço de aquisição do produto, tributos, logística (frete, armazenagem e manuseio), remuneração dos distribuidores e remuneração dos revendedores.

Apenas duas dessas variáveis, custo do petróleo (35%) e tributos (50%), são responsáveis por 85% do preço final, e a margem média da Petrobrás somadas as distribuidoras e revenda é de 15%. Cada Estado tem alíquotas de ICMS distintas, o Rio tem a mais cara, 34%.

Durante o ano de 2017, toda a cadeia precisou lidar com um grande aumento na carga tributária. No PIS/Cofins, a alíquota subiu de R\$ 0,3816 para R\$ 0,7925 para o litro da gasolina e de R\$ 0,2480 para R\$ 0,4615 para o de diesel nas refinarias. Para o distribuidor, a alíquota, antes zerada, chegou a R\$ 0,1109.

Além disso, uma série de fatos provocou um efeito em cadeia: aumento de ICMS nos Estados, maior porcentual de mistura do biodiesel no produto final – o que elevou o custo – e uma impactante alta de mais de 20% no preço do óleo cru e safra de etanol menor – pressionando a entressafra. Sem falar na criação de um imposto para a importação do etanol.

A política correta neste contexto de fim do intervencionismo seria reduzir impostos quando o petróleo está caro e aumentar quando estiver barato, como ocorre em países que seguem regras de mercado, e ao mesmo tempo combater práticas de cartel quando existirem.

É bom esclarecer que o aumento ou a diminuição do preço do petróleo não tem relação direta com o preço praticado na bomba. Entre a refinaria e o consumidor final existem, por exemplo, no caso da gasolina, o etanol anidro e os impostos que influenciam na composição do preço final. Em porcentagem aproximada, o peso da gasolina sem etanol sobre o preço final do combustível é de 30%.

Assim, se, hipoteticamente, o litro da gasolina tem o preço ao consumidor de R\$ 4,00 e a Petrobrás oferece um desconto de 5% sobre o seu produto, esse desconto, se passado integralmente para o consumidor, será de 5% sobre R\$ 1,20 (30% do preço final, que é o componente da gasolina pura neste preço final de R\$ 4,00).

O desconto será de R\$ 0,06 e não de R\$ 0,20, como alguns podem interpretar. Resumindo: é precipitada a conclusão de que uma diminuição do preço da

gasolina pura, anunciada pela Petrobrás, implica diminuição, no mesmo percentual, do preço cobrado do consumidor.

A Constituição e a Lei de Defesa da Concorrência determinam que os agentes econômicos devem ter assegurada a sua liberdade de adotar estratégias comerciais que os tornem eficientes, competitivos, sustentáveis a longo prazo e obtenham resultados financeiros que compensem adequadamente os riscos tomados.

A coincidência ruim e que vem promovendo toda essa discussão acalorada é o fato do fim do intervencionismo nos preços ter se dado num momento em que o barril de petróleo foi de US\$ 40 para US\$ 70 e a carga de impostos cresceu muito em função da grave crise fiscal da União e dos Estados.

Porém, não podemos permitir que haja retrocessos e para isso é fundamental explicar à sociedade o que realmente está acontecendo e não querer ficar encontrando culpados pelo fato de a gasolina estar mais cara.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Sai o PL do setor elétrico

Proposta do governo para modificar o marco regulatório do setor elétrico prevê modificar nove leis criadas desde 1971, ampliar o mercado livre de energia e acabar com a judicialização. Ontem, o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, apresentou à Presidência da República a minuta do Projeto de Lei (PL), que pretende modernizar o marco legal, com a compilação de várias contribuições feitas durante o período em que ficou em estudo.

No texto divulgado, resultado da consulta pública nº 33, iniciada em julho de 2017, com mais de duas mil interações e 209 contribuições, o governo destacou que o setor elétrico mundial está sujeito a pressões para mudanças em seu quadro regulatório, comercial e operacional, citou a queda de preços das fontes renováveis de recursos como a geração distribuída, armazenamento, carros elétricos e tecnologias de medição avançada e ressaltou a necessidade de abertura do mercado livre, para dar possibilidade de escolha aos consumidores.

Segundo o **MME**, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apresentará proposta, até 31 de dezembro de 2020, para promover aprimoramentos regulatórios para o mercado de energia. Em um documento extenso, o governo

define a trajetória de abertura do mercado livre de energia para os consumidores de alta e média tensão, desde grandes indústrias até comércios de porte médio, e propõe abrir para baixa tensão, dos consumidores residenciais, até 31 de dezembro de 2022.

O texto também recomenda outras mudanças para promover a expansão do mercado livre, como a formação de preço de curto prazo e a possibilidade de separação de lastro. Também defende a descotização das hidrelétricas e determina que um terço do valor das outorgas seja destinado à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Para o presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), Mario Menel, o projeto modifica muitas leis. “O lado bom é que o MME está entregando o que prometeu. Desde o princípio, disse que faria modernização do marco regulatório. São mais de 4 mil páginas de contribuição e a proposta é a compilação dos resultados”, afirmou. “O setor precisa de mudanças. O mercado está paralisado. Há mais de R\$ 7 bilhões em recursos retidos na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) por conta de 250 ações judiciais”, ressaltou.

Na opinião de Rafael Herzberg, presidente da Interact Energia, a preocupação é menor sobre a questão regulatória e maior com relação à implementação das mudanças. “A situação é crítica na CCEE, com relação às liquidações financeiras. Mas, por enquanto, é apenas uma declaração de intenção”, disse.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Bruno Santa Rita

Título: Cade investiga se cartel está de volta

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) mantém investigação sobre a formação de cartel no setor de revenda de combustíveis do Distrito Federal. Segundo o órgão, o inquérito analisa material apreendido durante as duas fases da Operação Dubai que, em 2015 e 2016, desbaratou uma rede de postos que combinavam preços em Brasília, e culminou com intervenção no grupo Cascol. O problema, porém, parece não ter sido resolvido.

Levantamento feito pelo Correio em 29 postos da capital mostra que, em 20 deles, os preços cobrados pelo litro da gasolina são idênticos: R\$ 4,29. Nos outros revendedores, há pequenas variações. Para muitos consumidores, o fato mostra que o cartel na revenda de combustíveis voltou.

“Parece que o cartel nunca foi embora”, reclamou o funcionário público Marcos Martins, de 51 anos. Segundo ele, mesmo com os impostos, que aumentam o valor do combustível, o preço não se justifica. “Não tem competição. A gente sabe que grandes grupos dominam o mercado”, disse. Marcos busca fugir dos preços altos abastecendo o carro um pouco por vez. “Antigamente, encher o tanque permitia uma economia de uns R\$ 70; hoje, não dá mais”, disse. O administrador Marcelo Ciocca, 34, também reclama dos preços. “Só vão cair quando houver concorrência de fato”, afirma.

O presidente do Sindicombustíveis, entidade que representa os postos do DF, Daniel Costa, argumenta que preços iguais não necessariamente caracterizam cartel. “Para haver cartel, é necessário que haja combinação de preços entre as empresas”, explicou. Para ele, como o combustível é uma commodity, e deve manter um padrão de qualidade exigido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), é natural que haja certa convergência de preços. Costa, porém, condena a prática. “Cartel é crime tanto no mercado dos combustíveis quanto em qualquer outro. Deve ser penalizado.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rodolfo Costa

Título: Governo estuda subsídio ou recriação do vale-gás

Embora a inflação esteja controlada, o governo federal não planeja correr o risco de perder o controle sobre a carestia. Seja solicitando investigação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre práticas anticoncorrenciais no setor de combustíveis — como já fez —, seja propondo medidas para amenizar o preço do gás de botijão para as famílias mais pobres. Ontem, o presidente Michel Temer solicitou à equipe técnica estratégias que possam compensar os aumentos do insumo. De agosto, quando a Petrobras mudou a política de preços, ao início de dezembro de 2017, o produto subiu 67,8% nas distribuidoras. Não estão descartadas as hipóteses de subsídios ao produto ou a criação de uma espécie de “vale-gás” para consumidores de baixa renda.

Antes de viajar com a família para Restinga de Marambaia, no Rio de Janeiro, onde passará o carnaval, Temer chamou ao Palácio do Planalto os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira. Aos auxiliares, o peemedebista cobrou estudos que viabilizem essa suavização no preço do gás de cozinha, bem como cálculos sobre os eventuais impactos da medida nos cofres públicos. Afinal, a concessão de subsídio ou auxílio para a compra do produto pode consumir uma fatia da arrecadação.

A proposta havia sido anunciada por Temer de manhã, em entrevista à Rádio Guaíba, mas começou a tomar forma após o encontro com os auxiliares no Planalto. “Estou examinando uma fórmula de compensar este aumento para os mais pobres. Naturalmente, o gás de cozinha sempre tem efeito muito grande para as famílias de baixa renda. E isso é para logo”, disse o chefe do Executivo federal.

Embora Temer queira agilidade na adoção da medida, ela só deve ser implementada a partir de março. “Não tem definição de data ainda. Não tem solução fácil”, advertiu um interlocutor do peemedebista. A criação de um fundo a partir de recursos gerados pela arrecadação de impostos sobre a gasolina e o diesel é uma das alternativas para sustentar o subsídio.

Outra opção é aumentar o valor do Bolsa Família para que contemple o dinheiro necessário à compra do produto. Por hora, no entanto, tudo ainda se encontra em fase embrionária. “O governo não bateu o martelo sobre qual a melhor forma de fazer isso. Não há nenhuma solução definida”, acrescentou o interlocutor.

Interferência

Independentemente de como o governo pretende reduzir o impacto do valor do botijão para os mais pobres, o consultor Paulo Valois, especialista na área de petróleo e gás do escritório de advocacia SVMFA, defende que não se interfira na política de preços da Petrobras. “Mexer no preço do gás de cozinha via redução do valor praticado pela estatal seria um retrocesso”, alertou. Para ele, proposta como subsídio ou um auxílio poderia ser bem-aceita pelo mercado.

As propostas levantadas até então não sugerem nada em relação à interferência na Petrobras ou reduções forçadas do custo do produto. A ideia é de que os ajustes do gás de botijão continuem sendo definidos trimestralmente, como anunciou em janeiro o presidente da Petrobras, Pedro Parente. Antes, a revisão era feita mensalmente, e, agora, segue uma média das cotações internacionais e do câmbio para um período de 12 meses.

Memória / Auxílio não é novidade

A adoção de vale-gás não é nova. Em janeiro de 2002, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso assinou decreto que regulamentou o Programa Auxílio Gás. O objetivo era compensar o reajuste de cerca de 12% no preço do gás de botijão. A assistência funcionou nos moldes do Bolsa-Escola e do Bolsa-Alimentação, mediante a distribuição de cartões magnéticos para o repasse do dinheiro. Um ano e nove meses depois, os três programas de transferência de renda foram

unificados no atual Bolsa Família, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O auxílio era dado a beneficiários com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo por mês que estivessem inseridos nos programas da rede de proteção social do governo. O benefício era pago a cada dois meses pela Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 15, ou seja, R\$ 7,50 por mês. Valor bem diferente dos parâmetros atuais, mas condizente com o salário mínimo pago em 2002, de R\$ 200.

Em termos proporcionais, o valor do botijão correspondia a 3,75% do piso salarial da época. Atualmente, a proporção é maior. Em Brasília, é possível encontrar o gás de cozinha sendo comercializado a R\$ 95. Em relação ao salário mínimo atual, de R\$ 954, o preço corresponde cerca de 10% do rendimento mínimo. (RC)

MME / ASCOM .